



# Anais da Assembléia

Nº 134

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 07 DE NOVEMBRO DE 1980

ANO VI

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 133ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 07 DE NOVEMBRO DE 1980

SEXTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, secretariada pelos Senhores Deputados José Tavares e Lineu Turra. Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Lineu Turra, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airtton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Loures Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes, Gabriel Sampaio (57). Achando-se ausente o Senhor Deputado Cyro Martins (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos desta Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Doutor RUY ARZUA PEREIRA, ocorrido nesta Capital.

Requer, outrossim da aprovação deste seja dado ciência à família enlutada à Rua Dr. Albano Reis, 1159.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1980.

a) ERONDY SILVÉRIO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos desta Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ANTÔNIO SCHWARTZ, ocorrido nesta Capital.

Requer, outrossim, da aprovação deste, seja dado ciência à família enlutada, à Rua Jornalista Caio Machado, 24.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1980.

a) ERONDY SILVÉRIO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido nesta Capital em data de 06 de novembro do corrente ano, do Professor RUY ARZUA PEREIRA.

O extinto foi Professor Universitário, Dentista e Funcionário do D.E.R., deixando viúva a Senhora Mercedes Maria Munhoz Pereira e cinco filhos.

O seu passamento vem consternar os meios políticos, universitários e a sociedade paranaense, do qual era um exemplo de bondade, dignidade, honradez e elevado espírito público.

Requer, finalmente, que da manifestação da Casa se dê conhecimento à família enlutada, na pessoa do Senhor Doutor IVO ARZUA PEREIRA, irmão do extinto.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1980.

a) AIRTON CORDEIRO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos de hoje, de um voto de regozijo pela passagem do 33.º aniversário de emancipação política do Município de IBIPORÃ, dia 8 do corrente mês.

Da decisão do Plenário, solicita seja dado ciência ao Excelentíssimo Senhor Francisco Deliberador Neto, DD. Prefeito Municipal, assim como ao Presidente da Câmara de Vereadores e Poder Judiciário.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1980.

a) FIORI LUIZ

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos legislativos do dia de hoje, um voto de louvor às professoras do Instituto Jean Piaget, Henrieta Arruda, Halina Paul e Wilze Araújo Schaitz, nobres coordenadoras da obra "Cabecinhas Todas Juntas 1980", pelo relevante trabalho realizado junto às crianças de 1.ª a 5.ª séries do 1.º grau, com vistas ao engrandecimento de nossa gama cultural.

Requer, outrossim, que após aprovado este requerimento, dê-se ciência da Casa, às mencionadas professoras.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1980.

a) EZEQUIAS LOSSO

## JUSTIFICATIVA:

Conhecendo-se a importância dos valores morais na formação de homens livres, valoriza-se a literatura como um dos aspectos formativos da criança, pois a literatura não tem somente finalidade de doutrinar mas de suscitar através de seu encanto, subjetivismo e singeleza as mais nobres emoções, apurando nestes seres em formação, os sentimentos.

Sabe-se, também, que a literatura é uma exigência, necessidade do espírito que busca realizar-se com a aventura, o belo, o novo, o transcendental etc., e que a vida da criança é mais imaginativa do que real pois o maravilhoso faz parte das características do seu psiquismo.

Assim, sendo, nada mais aproveitável seria do que ocupar esse ser, nessa fase de grande potencialidade criativa em algo que o valorize, através de sua própria imaginação, ajuste-o ao mundo

e à sociedade e faça-o crescer intelectualmente.

Louvável, portanto, trabalho como o das professoras Henrieta Arruda, Halina Paul e Wilze Araújo Schaitza, que não medindo esforços empenharam-se em organizar uma obra com cerca de 150 trabalhos infantis escritos por alunos de 1.ª a 5.ª séries de 1.º grau.

A referida obra "Cabecinha Todas Juntas 1980", a ser lançada amanhã, dia 8, às 16:00 horas, na loja de Tita Brinquedos Educativos, à Rua Alferes Poli, 503, com certeza servirá de incentivo a outros educadores e educandos.

Exemplos como este deveriam, ser mais dinamizados e apoiados por órgãos públicos com a finalidade de aumentar o lastro da cultura paranaense.

Pelas razões expostas solicitamos aos nobres presentes o apoio na votação do referido requerimento.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor, REQUER o encaminhamento ao Departamento de Trânsito do Paraná (DETRAN), de expediente da Câmara Municipal de Toledo, com solicitação para que seja firmado convênio com a Faculdade do município, de grande importância para a micro-região.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1980.

a) NELTON FRIEDRICH

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A classe dos comerciantes de Curitiba, manifestando-se, hoje, e já há alguns dias passados, mas muito mais na manhã de hoje, mostra-se profundamente aborrecida com a aprovação da lei do horário livre para o comércio.

Não houve, lamentavelmente, para ninguém isso é novidade, nenhuma consulta prévia aos empregados. Houve apenas um movimento de patrões, movimento que foi à Prefeitura Municipal de Curitiba, e que não se importou, em hipóteses alguma, no que diz respeito aos empregados, passou para a Câmara Municipal de Curitiba, onde não houve uma preocupação por parte dos Srs. Vereadores, em ouvir a classe dos comerciantes, sem se importar com aquilo que dizem os comerciantes, acabou por aprovar essa lei que vai fazer com que, mais uma vez, esteja o empregado submisso.

Hoje, pela manhã, dizia um comerciante, numa emissora de rádio, que jamais foi consultado. E se o fosse seria contrário, dada a falta de respeito para com um direito adquirido pela classe dos comerciantes, que já tinham uma carga horária semanal de 44 horas.

Agora, terão que trabalhar aos sábados, à tarde, e haverá também o trabalho à noite, nos dias de semana.

Dizem agora que haverá um contato entre os trabalhadores do comércio e patrões, um movimento junto à Câmara Municipal. E aí sim, será estabelecido o horário.

Tenho a impressão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que muito antes de ser uma lei, ela deveria surgir de um acordo entre trabalhadores e patrões, surgir de um prévio trabalho realizado entre a Federação do Comércio, o Sindicato dos Comerciantes, entre a Federação do Comércio Varejista, um prévio movimento para se estudar as condições que viessem beneficiar os patrões, viessem beneficiar, o que raramente acontece, o empregado.

Voltaremos, na próxima semana, a abordar o assunto.

Tivemos apenas um contato rápido com o Sr. Vicente da Silva, Presidente do Sindicato dos Empregados do Comércio de Curitiba. Portanto, não houve um contato maior, uma possibilidade maior para se preparar um trabalho a ser apresentado

aqui nesta Casa.

Mas, no início da próxima semana, estaremos abordando esse aspecto, porque se apresenta, mais uma vez, como uma autêntica violência ao empregado no comércio.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Adalberto Daros, inscrito.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Mais uma vez, no dia de ontem, o Governo Municipal, o Partido do Governo, em Curitiba, demonstrou a sua falta de respeito, demonstrou que não merece a atenção, daqui para frente, daqueles que conduziram um grande número de Vereadores à Câmara Municipal de Curitiba.

Mais uma vez, o trabalhador, o comerciante, leva um tombo. Mais uma vez a Bancada do PDS, lá na Câmara Municipal, desrespeitou o direito do trabalhador.

Nesta manhã de sexta-feira, o assunto está a ser discutido pelos trabalhadores do comércio em Curitiba. Nós, sem pretender fazer um discurso aqui nesta manhã, mas, queremos demonstrar a nossa insatisfação com os legisladores em Curitiba. Porque procuram mais uma vez, como disse, prejudicar o trabalhador do comércio da cidade.

Procurarei, Sr. Presidente e Srs. Deputados, trazer aqui nesta Assembléia, na próxima semana, alguns documentos que atestam esta insatisfação. Queremos apenas registrar, o nosso repúdio à atitude tomada ontem pela Câmara Municipal de Curitiba.

Somente isso, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Deni Schwartz, que usará a palavra no horário reservado à Liderança do PMDB.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não me tendo sido possível ontem, justificar o meu voto contrário ao PRÓ-RURAL, o faço nesta oportunidade.

Inicialmente, gostaria de dizer, que aparentemente o PRÓ-Rural trazido a esta Casa, atende e está inserido no plano geral do Governo Ney Braga, ao pretender ter como meta, mais o campo social.

Mas, Srs. Deputados, quando lemos nesse plano, que serão feitos 711 sanitários em escolas rurais, nos ocorre imediatamente uma lembrança de um fato vivido por nós, na década de 50, o célebre Ponto 4. Em que os Estados Unidos financiavam estudos e projetos no Brasil, exatamente para fazer sanitários em escolas rurais.

Sabemos que essa região pretende atender o plano, é a região, na qual mais a ACARPA, inicialmente o Ponto 4 e posteriormente a ACARPA, manteve serviços. E, o que constatamos, após todo esse gasto de dinheiro, que são necessários fazer exatamente, 711 sanitário em escolas rurais.

Srs. Deputados, quando um dado desse aparece num plano, a gente fica a duvidar da capacidade técnica de quem o elaborou, ou pelo menos, da maneira de ver as coisas de quem o elaborou.

Sou amigo particular e amigo de escola de um dos técnicos que reconheço de grande capacidade. Mas temo, que a influência do Ponto 4, da ACARPA no seu trabalho, leve a detalhamentos como esse e que de fato não resolverão o problema dessa população. Quando se refere a formar Centros Sociais Rurais, eu sou remetido a pensar como ocorre na minha região e como ocorre inclusive, nessa região, onde o Centro Social é ligado à Igreja, o pavilhão paroquial feito pela comunidade. E, quando o Governo passa a entrar nesse campo, nós achamos que

alguma coisa deveria ser repensada.

Tivemos oportunidade também de observar ser esta região, e aí a pergunta que fizemos já referida aqui pelo Deputado Renato Bernardi, de quais as razões que essa região do Paraná, a chamada linha da fome, é uma região pobre. Porque ela empobreceu se é exatamente nesta região que estão 75% das nossas ferrovias. Nessa região estão as grandes estradas que demandam à Capital e ao porto de Paranaguá. É nessa região que passam as grandes linhas de energia elétrica, inclusive a distribuição aos diversos municípios que aí estão. Por que que o povo continua pobre?

Por não termos a resposta e por não termos podido nos aprofundar na discussão em torno do Pró-Rural, é que temos as nossas dívidas e o nosso medo de que transformemos isso num novo Ponto 4 e que o dinheiro seja gasto, apesar de amanhã ou depois termos as 711 patentes, ou privadas ou latrinas ou como queira o plano; termos os centros sociais e não termos de fato resolvido o problema do povo.

De outra parte, se olharmos o mapa nós encontraremos coisas que de fato parece absurdo. Enquanto que o Município de Imbituva está incluído no plano, o Município de Prudentópolis está fora, onde se tem, talvez, segundo informações do ilustre Deputado Agibert, o maior número de minifúndios do Paraná. Inclui Manguairinha, inclui Palmas, que tem um outro tipo, uma outra estrutura totalmente diferente. Enquanto que Manguairinha é a terra da soja, das grandes plantações de soja; enquanto Palmas é a terra dos grandes latifúndios improdutivos, Prudentópolis está excluída. O que nos leva a crer que o plano não é tão excelente como se apregoa.

Mas, Srs. Deputados, o outro fato que me traz à tribuna é sobre o problema da dívida, que nós discutimos e que eu gostaria de, nesta oportunidade, voltar à tona já que apesar da excelente explanação, a honesta explanação do Sr. Secretário, nós temos ainda nossas dívidas, principalmente, nesse momento em que há um novo direcionamento na política econômica do nosso País.

Tenho aqui um Parecer de 1979, ao Orçamento Anual, feito pelo ilustre Deputado Antônio Facci, no qual o ilustre Deputado mostra claramente a sua preocupação àquela oportunidade, com a dívida do Estado do Paraná.

E tenho o Parecer comigo e o ilustre Deputado está presente para confirmar isso. Tenho em mãos, Srs. Deputados, o Parecer exarado pelo ilustre Conselheiro do Tribunal de Contas, Rafael Iatauro, sobre as contas do Governador Canet, e que mostra a preocupação daquele Tribunal sobre a dívida. Leria parte do seu relatório: (Lê): "Não paira a menor dúvida de que os níveis de endividamento do Estado assumem contornos preocupantes em escala progressiva e vertiginosa, capaz de gerar pressões orçamentárias violentas até o ponto de, em função das obrigatoriedades das unidades produtivas da economia paranaense, em especial a agrícola, reduzir a níveis mínimos a capacidade futura de investimentos governamentais."

Tanto o ilustre Deputado Antônio Facci, como o Conselheiro Rafael Iatauro diziam isso em 1979. E como se apresentava a dívida em 1979 me parece isso muito importante. Tenho aqui os dados fornecidos pela Secretaria de Finanças e que bem o demonstram. Em março de 1979, segundo dados da Secretaria de Finanças, o total da dívida paranaense era de 12 bilhões, 466 milhões de cruzeiros. E essa dívida, Srs. Deputados, era a que preocupava tanto o Tribunal de Contas como o Relator do Orçamento do ano de 1980. 12 bilhões, 466. E qual a dívida em 30 de maio deste ano, segundo documentos da Secretaria de Finanças, 804 milhões, 485 mil dólares, que na taxa de câmbio de hoje daria cerca de 48 bilhões de cruzeiros, ou seja, quatro vezes mais do que a dívida que preocupava o Tribunal de Contas e o relator da matéria orçamentária nesta Casa.

Portanto, sem entrarmos no mérito do perfil da dívida, porque este poderíamos falar, e tenho aqui um dado para exem-

plificar: em março de 1979, a nossa dívida a ser paga até 1982, era de 6 bilhões e 800 milhões de cruzeiros. Em maio de 1980, portanto um ano e dois meses depois, a nossa dívida a ser paga até 1982, ascendia a 12 bilhões e 300. Praticamente o dobro. Isto quer dizer que a nossa dívida foi também comprimindo a mais curto prazo; além de termos aqui uma entrevista muito importante do Sr. Secretário em maio de 1979, quando afirmava que o Paraná já se encontrava, naquela oportunidade, emprestando dinheiro para pagar outras dívidas.

Por isto, Srs. Deputados, achamos e demos o nosso voto contrário não com medo do perfil da dívida, diga-se de passagem, mas a preocupação com outros fatores externos. Por exemplo, e se nós não fugirmos de uma máxima desvalorização do dólar nos próximos meses, ou nos próximos anos... e esta máxima desvalorização já está embutida, inclusive, na nova política que o Sr. Delfim Neto anunciou há três dias.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Vossa Excelência assumiu a tribuna dizendo que justificaria o seu voto contrário, realmente, a posição do Deputado deve ser fixada na tribuna. Mas há que se comentar hoje, nobre Deputado, um fato inusitado e que vem acontecendo ultimamente. E aqui fica o meu protesto à imprensa do Paraná, pela maneira parcial, mais que parcial, pela maneira até desestimulante como vem tratando esta Casa. Veja Vossa Excelência que ontem, o Deputado Darcy Deitos, num trabalho brilhante elogiado inclusive pelo Sr. Secretário, que ficou tendo conhecimento do estudo que este Deputado fez do Pró-Rural, do líder do PDS que elogiou o trabalho desenvolvido por este Deputado e hoje, Sr. Deputado, a imprensa do Paraná retrata que o plano foi aprovado mas nem ao menos faz referência ao trabalho desenvolvido pela Oposição, no aspecto de criticar o plano no sentido de melhorá-lo. Então, realmente, Vossa Excelência deixa a sua posição na tribuna. Esperamos que a imprensa mude, e isto é o recado, o seu comportamento. Porque não é este o comportamento que queremos no dia em que formos Governo. Queremos, no dia que formos Governo neste Estado, que a imprensa divulgue a opinião dos nossos opositores, para que o povo se mantenha bem informado.

Hoje há opiniões discordantes deste plano, e só se consegue realizar um trabalho governamental, desde que surja a opinião discordante, para que ele possa ser aprimorado. É necessário e fundamental a crítica para o Governo se orientar.

Tenha Vossa Excelência presente isto, de que o nosso trabalho, lamentavelmente, não é levado para a população pelo faccionismo de nossa imprensa.

Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Eu agradeço o aparte do Deputado

Nilso Sguarezi, afirmando apenas que este procedimento da imprensa paranaense reflete inclusive o estágio social de nossa sociedade. Já afirmei, e nisto a imprensa inclusive me deu cobertura, que até a falta de influência política do Paraná a nível nacional, parte da responsabilidade é da nossa imprensa, porque ao não divulgar os trabalhos feitos nesta Casa, não permite que o eleitor faça uma seleção dos Senhores Parlamentares, com isso ajudando a mediocrizar a classe política, fato que não ocorre no momento.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

A par de também reconhecer a seriedade com que Vossa Excelência aborda o assunto que o levou à tribuna, na manhã de hoje, apenas para discordar do Deputado Nilso Sguarezi, porque, hoje, recebi em minha casa, um semanário em que Vossa Excelência dá uma entrevista, aliás brilhantíssima, e realmente a imprensa tem dado uma cobertura excepcional, principalmente, à Bancada da Oposição nesta Casa.

Porque os jornalistas são jovens e os jovens, ardorosos, valentes, lutadores como são, é evidente que nunca estarão ao lado

do Governo.

Mas, o objetivo maior do aparte que quis oferecer a Vossa Excelência é com relação ao recado que o nobre Deputado Nilso Sguarezi dá aos jornalistas, de que "quando o PMDB for Governo, eles querem que divulgue tudo". Então este recado deve ser dado aos netos dos atuais jornalistas. Até lá, talvez, o PMDB esteja no Governo.

O SR. DENI SCHWARTZ — Deputado Líder do Governo, esperamos que, pelo menos, quando nossos netos estiverem no Governo, procedam assim.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Vossa Excelência tem um minuto para concluir.

O SR. DENI SCHWARTZ — Eu dizia, nobres Deputados, que o que nos preocupa são as influências externas da maxidesvalorização, nos preocupa o achatamento salarial dos funcionários públicos, que poderão forçar a saída desse achatamento. Afinal de contas é o Sr. Secretário que admite uma inflação de 100% e concede um aumento de 70%, admitindo o achatamento salarial que aí está, além de um fator importante a nível de Paraná.

Há que se traçar, para sabermos do endividamento paranaense, também, um perfil da nossa faixa etária, porque não é possível que desconhecamos que o Paraná, sendo um Estado novo, o Paraná começa, agora, a ter ônus com a população mais envelhecida e portanto, o próprio Governo passará a ter maior número de pensionistas, maior número de aposentados, fato que, indiscutivelmente, influenciará no perfil dos gastos públicos, Senhores Deputados.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência me concede um aparte?

Só para responder ao eminente Líder do Governo, dizendo o seguinte: que se não fossem os 16 anos de ditadura, não precisariam os nossos netos, nós já seríamos Governo.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço a atenção da Mesa e fico por aí. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Consulto à Liderança do PP se deseja fazer uso de seu horário. (Declina)  
Consulto à Liderança do PTB. (Declina)  
Consulto à Liderança do PDS. (Declina).  
Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Srs. Deputados.

A Mesa registra com satisfação a presença em nosso plenário do Sr. Deputado Federal Pedro Sampaio.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 83/80, que declara de utilidade pública a "Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais", com sede e foro na cidade de Jataizinho. — Aprovado.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 83/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JATAIZINHO, com sede e foro na cidade de Jataizinho.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de novembro de 1980.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente  
TADEU LÚCIO MACHADO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 120/80, que declara de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Uniflor", com sede e foro no município do mesmo nome. — Aprovado.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 120/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA, com sede e foro na cidade de Uniflor.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de novembro de 1980.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente  
TADEU LÚCIO MACHADO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 124/80, que institue o "Dia Paranaense de Combate ao Fumo" a ser comemorado anualmente no dia 29 de agosto. — Aprovado.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 124/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica instituído o "DIA PARANAENSE DE COMBATE AO FUMO", a ser comemorado anualmente no dia 29 de agosto.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de novembro de 1980.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente  
TADEU LÚCIO MACHADO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 129/80, que declara de utilidade pública a Associação de Fruticultores do Estado do Paraná - FRUTIPAR. — Aprovado.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 129/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE FRUTICULTORES DO ESTADO DO PARANÁ - FRUTIPAR, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de novembro de 1980.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente  
TADEU LÚCIO MACHADO — Relator

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Doutor Ruy Arzua Pereira, ocorrido nesta Capital. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aírton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor Ruy Arzua Pereira. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Schwartz, ocorrido nesta Capital. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do 183.º aniversário de fundação de Antonina. — Aprovado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem). Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — A Mesa defere e

procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. — (Pausa).

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. — (Pausa).

16 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 10/80 e 137/80.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.º 121/80.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.º 141/80 e de Resolução n.ºs 56 e 57/80.

E para terça-feira, dia 11 do corrente:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 136/80, do Orçamento Anual do Estado para o exercício de 1981.

Levanta-se a sessão.